

O fardo das dívidas

por José Casado
de São Paulo

Agrava-se o quadro econômico-financeiro dos estados e dos municípios das capitais. Os novos governadores e os prefeitos que assumiram há exatos doze meses têm pela frente uma dura realidade: os vencimentos da dívida interna (títulos públicos) e o "serviço" da dívida externa das administrações diretas correspondem, neste ano, a um terço do total de débitos que os governos estaduais e prefeituras mantêm com credores do País e do exterior.

Se fossem cumprir todos os compromissos, os novos governadores e prefeitos teriam de desembolsar durante este ano o equivalente a US\$ 2,3 bilhões para atender aos vencimentos de títulos (OTE, OTM e Letras) e da amortização e juros de suas dívidas externas.

Seria algo como utilizar todos os recursos do orçamento de um órgão do tamanho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) — sem os aportes previstos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) — exclusivamente para pagar os débitos. Ou, ainda, o montante de dinheiro daria para a construção de três pólos petroquímicos de US\$ 800 milhões como o que está em disputa entre os Estados do Rio de Janeiro e da Bahia.

Desde a edição do Cruzado II, em novembro, o governo estabeleceu regras rígidas para o refinanciamento de metade desses

vencimentos (US\$ 1,15 bilhão), que corresponde ao "serviço" da dívida externa dos estados e dos municípios.

O problema, já percebido por alguns governadores e prefeitos, é que a autorização federal para "rolagem" do principal mais juros desses débitos caiu da proporção de 75%, no ano passado, para 50%. Significa que vai aumentar, efetivamente, a parcela que eles devem pagar do "serviço" de suas dívidas externas.

A outra metade dos vencimentos, correspondente aos títulos, indica o esgotamento da capacidade de alguns governos estaduais e prefeituras de utilizarem-se desse recurso para tocar suas administrações neste ano.

O problema dos governadores e prefeitos tem o seu tamanho ampliado pelas pendências relativas a contratos de serviços (CZ\$ 114 bilhões, o equivalente a um

GAZETA MERCANTIL 21 JAN 1987

orçamento do FND, é a dívida total). Há ainda os financiamentos diretos obtidos com bancos privados nacionais. E a exaustão da capacidade de uso dos bancos estaduais como instrumento de captação de novos recursos, porque no último quadrimestre eles foram ao mercado com muita voracidade, pagando as mais altas taxas vigentes e, agora, enfrentam dificuldades.

"A penúria nos une", dizia o prefeito Roberto Requião, de Curitiba, na semana passada, em Brasília, ao seu colega Mário Kertsz, de Salvador. "Só temos dívidas pela frente", queixava-se Newton Cardoso, governador eleito de Minas Gerais, numa reunião com os ministros da área econômica e seus assessores. "E porque no seu estado vocês contrataram 1 milhão de pessoas para ganhar a eleição", respondeu-lhe a economista Maria da Conceição Tava-

res, assessora do ministro do Planejamento.

Pelos mais diversos motivos, estados e municípios chegaram a um quadro econômico crítico, segundo diagnóstico da Secretaria de Planejamento (Seplan) e do Banco Central.

Os governos estaduais encerraram 1986 com dívidas totais de US\$ 14,5 bilhões, sendo US\$ 10,1 bilhões correspondentes à dívida interna e US\$ 4,4 bilhões relativos à dívida externa. Nas capitais o estoque de débitos chega a US\$ 1,7 bilhão, sendo US\$ 1,3 bilhão de dívidas internas.

O mapa da dívida interna, elaborado pela Seplan, indica que os estados tinham no mercado, em dezembro último, CZ\$ 53,2 bilhões em títulos e CZ\$ 97,6 bilhões pendentes em contratos de serviços. A soma dessas dívidas equivale a quase quatro orçamentos do BNDES, sem o FND.

(Continua na página 3)